

Quem conta um conto...

A tradução como processo metonímico

Dircilene Fernandes Gonçalves

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo – SP – Brasil – lenefg@uol.com.br

Resumo. Assim como a criação de um texto é fruto de relações de intertextualidade, a tradução está submetida a fatores externos provenientes dos contextos que circundam ambos os textos – original e traduzido. Esses fatores oferecem ao tradutor um leque de opções, e ele terá que fazer as escolhas que melhor representem o original dentro das circunstâncias de produção da tradução. Desse modo, pode-se considerar a tradução como um processo metonímico de representação de um todo, constituindo um trabalho de re-criação da obra original, capaz de revelar a possibilidade de múltiplas leituras. Desde essa perspectiva, se o autor é um “contador” de histórias, o tradutor será um “re-contador”.

Palavras-chave. tradução; escolhas; processo metonímico; representação; re-criação.

Abstract. As well as the creation of a text is the result of a net of intertextual relationships, translation is subject to external conditions derived from the contexts which surround both texts – original and translated. Such conditions provide the translator with a manifold of options, so that they must make the choices that render the best representation of the original within the circumstances of production of the translation. Thus, translation can be deemed as a metonymic process of representation of a whole and, as such, a work of re-creation of the original, capable of bringing out the possibility of multiple readings. From this standpoint, whereas the author is a “story-teller”, the translator is “a story-re-teller”.

Keywords. translation; choices; metonymic process; representation; re-creation.

“Quem conta um conto, acrescenta um ponto.”

Assim afirma o velho ditado popular. Mas, ao contar, pode-se também omitir, cortar, mudar, de acordo com a situação em que o conto é passado adiante.

Como na brincadeira infantil do telefone-sem-fio, a história começa de um jeito e termina de outro, às vezes, fica bem próxima da mensagem inicial em forma e conteúdo, outras, apenas parecida, outras ainda, é completamente diferente.

Da brincadeira inocente pode-se tirar uma séria lição: ao ser contada, toda história é re-contada. Mesmo o primeiro “contador”, ao passar adiante o que lhe foi transmitido em primeira mão, conta-o a sua maneira, de acordo com sua compreensão da história, ou seja, o “conto” produzido por ele passa inevitavelmente pelo viés de sua

interpretação, impregnada – conscientemente ou não – de seus valores pessoais. E ele diz: “Estou vendendo o peixe como comprei”. Será? Será a história do vendedor do peixe a mesma daquela do pescador de quem ele o comprou? Que qualidades foram acrescentadas ou subtraídas a esse peixe no caminho do mar à frigideira?

Fazendo-se uma ponte entre a observação do popular e a reflexão acadêmica, pode-se verificar o mesmo tipo de fenômeno no caso da tradução. Traduzir visto aqui como o processo de verter um texto de uma língua para outra; processo este que ocorre tanto na língua oral quanto na escrita. Porém, as considerações abaixo levarão em conta basicamente a tradução escrita de textos literários, deixando de lado as tradições de transmissão oral e os demais tipos de tradução escrita.

Começamos pela fonte: o original. Ao longo dos séculos em que a tradução vem sendo utilizada como meio de transmissão de conhecimento entre povos e culturas – reconhecidamente ou não – um mito recorrente assombra os tradutores: o Mito do Original Puro. Por muito tempo, este fantasma tem arrastado suas correntes seculares e, de certo modo, impedido o reconhecimento da tradução como trabalho criativo.

Criou-se ao redor do original do texto filosófico e literário uma aura de pureza, como se ele fosse mesmo criado por inspiração divina, sem influências, casto, imaculado, portanto, inatingível em sua completude. A tradução, encarregada de passar adiante a história de tal texto, é muitas vezes vista até mesmo como traidora do original, incapaz de transmitir a verdade contida nesse texto-fonte – lembremos do famoso duplo: *traduttore/tradittore*, velho conhecido do meio acadêmico nas discussões sobre tradução.

No entanto, um momento de reflexão pode colocar em questão essa pureza divinal.

Todo texto é produzido por um indivíduo (ou mais, mas para facilitar a análise, consideraremos a produção individual). Esse criador não vive em completo isolamento, ele está inserido num contexto social, cultural, político, histórico, institucional, que condiciona seus padrões de pensamento e comportamento, suas crenças e ideologias, suas reflexões e questionamentos, que estarão inevitavelmente refletidos em sua criação. Ora, se esse indivíduo criador não tem o privilégio da imunidade às influências do mundo em que vive, não se pode, obviamente, dizer que sua criação “original” seja pura, fruto de algo que não existia antes dela. Por conseguinte, o original é, sim, também um processo de re-criação, de re-contagem, de re-escrita de uma história (em sentido amplo) que existe fora dele e que fornece os elementos necessários para sua construção. O original não é, portanto, fruto de inspiração divina, mas de relações de intertextualidade.

O que ocorre é que o texto-fonte se apresenta como um todo compacto, a ser transportado para outra língua através da tradução. É nesse processo de transporte que se insere a discussão sobre as perdas ocorridas no texto traduzido em relação ao original.

Evidentemente, as próprias diferenças culturais dos dois sistemas lingüísticos envolvidos constituem por si um limite para a transposição do texto. Isso é um fato inegável, e alimento para os argumentos dos defensores da impossibilidade de tradução “fiel” à originalidade sem mácula do texto-fonte. Mesmo assim, há os que insistem em

exigir da tradução a tal fidelidade, conceito que, apesar de incessantemente discutido, ainda reluta em se deixar capturar por uma definição possível.

Já que a existência de limites para a tradução é fato reconhecido e incontestável, como então resolver, pelo menos parcialmente, esse dilema da fidelidade?

Dentre as definições encontradas no dicionário para **fidelidade**, duas oferecem bom material para esta discussão: 1) característica, atributo do que é fiel, do que demonstra zelo, respeito quase venerável por alguém ou algo; lealdade; 2) compromisso rigoroso com o conhecimento; exatidão, sinceridade (Houaiss: 2002). Na primeira acepção aparece o elemento interessantíssimo do “respeito quase venerável”; definição que parece bem a calhar para aqueles que atribuem ao original a característica de inspiração divina, pois “venerar” carrega em si um teor de admiração e devoção ao sagrado. Na segunda, aparece a questão da “exatidão”, que vai ao encontro dos que afirmam a necessidade de se reproduzir com perfeição tudo o que está no original e se frustram diante da indiscutível impossibilidade de chegar-se a tal ponto; fala-se, então, em intraduzibilidade ou, em casos mais extremos, traição.

Além disso, na segunda acepção, encontra-se a definição de “compromisso com o conhecimento”. Compromisso. Essa é uma palavra-chave para o argumento aqui apresentado.

Ao iniciar-se um processo de tradução, assume-se um compromisso multilateral que deve observar os mais diversos aspectos de cunho lingüístico, cultural, social, histórico, político, institucional, comercial, etc; enfim, todo um universo que constitui o contexto em questão. E tudo isso duplicado: o contexto da língua-fonte e o contexto da língua-alvo. É nesse confronto de contextos que vão ser estabelecidas as bases desse compromisso que direcionará as escolhas do tradutor na transposição que será feita. Consideremos, então, “fidelidade” como a lealdade a esse compromisso estabelecido; nem devoção obtusa, nem exatidão inatingível.

Como dito acima, o compromisso vai orientar as opções do tradutor. Diante do todo compacto do original e confrontado com os limites impostos pelas diferenças dos dois contextos trabalhados, ele deverá tomar decisões que implicarão tanto em aumento quanto em diminuição, tanto em perda quanto em ganho na relação entre original e tradução. Na impossibilidade de “colar” o original tal qual ele é, o tradutor vai, então, por meio de suas escolhas, representá-lo.

Existe aqui uma relação tridimensional. O ponto de referência do original é o universo exterior a ele, que é re-contado a partir da criação da obra pelo autor. O ponto de referência da tradução é o original: ela tem nele seu universo, que é re-contado a partir da re-criação da obra pelo tradutor. E não se pode negar que, muito além de técnica, essa re-criação exige um grande esforço de criatividade. Pode-se concluir, portanto – idéia que ainda é fonte de muita polêmica – que a tradução também é criação artística.

Logicamente, uma criação dentro de parâmetros delimitados pelo compromisso com a obra-fonte, mas que pode desvendar mistérios desta até então ocultos. Através desse trabalho de re-escrita, a tradução funciona como meio de preservação da obra, por meio das infinitas possibilidades de releitura que oferece. Albert Lord, citado por Maria Tymoczko em seu ensaio *The Metonymics of Translation* (Tymoczko: 1999; 41)

argumenta que não há conflito entre preservação da tradição e criação artística, pelo contrário, a tradição é preservada pela sua constante recriação.

Nesse processo de re-contagem, de re-escrita da história, as escolhas do tradutor vão funcionar a partir de um processo de refração, ou seja, de decomposição do texto-fonte. Como dito anteriormente, o original constitui, em seu sistema de relações, um todo compacto. Para recriá-lo na língua-alvo, o tradutor precisa selecionar quais aspectos desse todo serão representados no produto final da tradução.

Fazendo uma analogia com a imagem da luz branca que atinge o espectro e é refratada nas diversas cores que a formam, o original é a luz branca, formada por vários elementos que não podem ser vistos a olho nu, mas que estão presentes em sua composição; o trabalho de análise do tradutor é o espectro, o filtro que decompõe o original, revelando esses elementos velados. A partir dessa revelação, o tradutor vai selecionar os aspectos que devem ser utilizados na sua re-contagem.

É claro que, assim como ocorre com o autor no original, as escolhas do tradutor também estão sujeitas ao contexto em que ele está inserido enquanto indivíduo e às condições de produção da tradução. Porém, esses aspectos não serão discutidos neste trabalho.

Esse processo de seleção feito pelo tradutor é considerado por Maria Tymoczko, em seu ensaio supracitado, como uma metonímia.

Encontramos a definição de **metonímia** como “figura de retórica que consiste no uso de uma palavra fora do seu contexto semântico normal, por ter uma significação que tenha relação objetiva, de contigüidade, material ou conceitual, com o conteúdo ou o referente ocasionalmente pensado” (Houaiss: 2002). De acordo esta definição, a metonímia consiste no estabelecimento de uma relação de “contigüidade”, isto é, de proximidade, entre dois objetos (no caso, original/tradução), seja de natureza “material ou conceitual”; é também representação de um objeto por uma característica dele.

Desse modo, a visão de Tymoczko de tradução como metonímia é extremamente pertinente, uma vez que a tradução cria a representação de um objeto (texto original) através de características selecionadas dentre os elementos que o compõem, produzindo, assim, uma relação de proximidade entre original e traduzido. Criação e Re-criação ligadas por aspectos escolhidos.

Esse processo metonímico responde à leitura do original feita pelo tradutor. O produto final de qualquer tradução é uma re-leitura; ela passa pelo viés interpretativo de quem traduz, o qual será o principal fator determinante da decisão por esta ou aquela opção.

No entanto, não se trata apenas de uma questão de escolha individual. Há também fatores externos envolvidos: para quem, para quê, quando, como, onde se traduz são questões tão condicionantes quanto a interpretação do tradutor e também contribuem para a transmissão, preservação e renovação do original através dos tempos.

Como exemplo disso, Tymoczko cita os mitos, que ao longo dos séculos passam por um constante processo de re-contagem, que ao mesmo tempo tem preservado sua antiguidade e promovido sua permanente atualização. As traduções dos mitos se deram por vários meios: em prosa, verso, adaptação para diversas faixas etárias, tipos de mídia e propósitos distintos, em linguagem popular ou acadêmica. Traduções, sim, posto que

são representações de um original feitas a partir de escolhas – metonímias – que elegeram aspectos a serem privilegiados, justificadas pelo contexto de destino (não estão em discussão aqui questões de julgamento de qualidade).

Um bom modelo de processo metonímico de tradução de um mito pode ser encontrado na tradução do poema épico inglês *Beowulf*, com aproximadamente três mil versos, datado do século VII d.C. e escrito em anglo-saxão (inglês antigo). O trabalho em questão é a versão em prosa para o inglês moderno, feita pelo Professor C. L. Wrenn, publicada pela John R. Clark Hall em 1911 e reeditada em 1940, com prefácio de J. R. R. Tolkien.

Tanto o Professor Wrenn, em 1911, quanto o Professor Tolkien, em 1940, provavelmente ignoravam o conceito de tradução como metonímia. Todavia, tanto o trabalho do primeiro, quanto as considerações do segundo são provas contundentes desse processo.

No caso do Professor Wrenn, as marcas são evidentes: sua escolha por uma tradução em prosa para fins acadêmicos. No caso do Professor Tolkien, elas são latentes: ele faz uma defesa da necessidade e utilidade desse tipo de tradução.

Tolkien inicia seu prefácio dizendo: “no defence is usually offered for translating *Beowulf*. **Yet the making, or at any rate the publishing, of a modern English rendering needs defence:** especially the presentation of a translation into plain prose of what is in fact a poem, a work of skilled and close-wrought metre (to say no more).” (Tolkien: 1997, 49 – negrito meu).

Com isso, o Professor identifica a escolha do autor – tradução de poesia em prosa – e se propõe a defendê-la, justificando-a mais adiante: “*Beowulf* is not merely in verse, it is a great poem; and the plain fact that no attempt can be made to represent its metre, while little of its other specially poetic qualities can be caught in such a medium, should be enough to show that ‘Clark Hall’, revised or unrevised, is not offered as a means of judging the original, or as a substitute for reading the poem itself. **The proper purpose of a prose translation is to provide an aid to study.**” (Tolkien: 1997, 49 – negrito meu).

Ao identificar o objetivo da tradução em prosa não como substituto da leitura do original, mas como texto auxiliar no estudo do poema, Tolkien está identificando um processo metonímico, ou seja, a escolha do tradutor de transformar o poema em prosa para fins acadêmicos, dentre todas as outras opções das quais ele provavelmente estava ciente quando da tradução.

Num outro comentário posterior, a visão da tradução como metonímia volta a ser confirmada: “The publisher of a translation cannot often hedge, or show all the variations that have occurred to him; but **the presentation of one solution should suggest other and (perhaps) better ones.** The effort to translate, or to improve a translation, is valuable, **not so much for the version it produces, as for the understanding of the original which it awakes.**” (Tolkien: 1997, 53 – negrito meu).

Aqui fica bastante clara a idéia de que nenhuma tradução é A tradução, ou seja, aquela definitiva, representante incondicional do original. Cada tradução é apenas fruto de UMA escolha, produzindo UMA entre tantas versões possíveis. Além disso, fica exposta a questão da tradução como geradora de significado, através da interpretação do original que ela produz.

O ponto fundamental não é “melhorar” a tradução existente, mas apresentar outro(s) aspecto(s), outra(s) leitura(s), revelar outra(s) cor(es) da luz refratada pelo espectro.

Tolkien segue comentando aspectos mais específicos ligados ao uso do vocabulário, principalmente no confronto entre o antigo e o moderno, o poético e o corriqueiro, sempre destacando o fato de que a solução nem sempre é a mesma para todos os casos dentro de um mesmo processo de tradução, mas que diferentes tipos de escolha devem ser feitos de acordo com o aspecto a ser privilegiado.

Essas observações nos permitem concluir que uma tradução não constitui UM processo metonímico, mas VÁRIOS PROCESSOS METONÍMICOS EM UM, o que coloca em xeque o conceito de que a tradução repousa sobre escolhas dicotômicas, tais como “estrangeirizadora X domesticadora”, “literal X livre”, dentre outras. O horizonte de opções e de seus condicionantes é vasto e vai muito além da bipolaridade.

Compromisso, relação, escolha, representação. Eis a configuração da tradução como metonímia. Qualquer aspiração ao espelhamento total é meramente uma utopia. Afinal, não é a imagem no espelho também simples representação do objeto refletido? Por melhor que seja a qualidade do espelho e a fidelidade do reflexo, pode-se tomá-lo pelo objeto?

Do mesmo modo, a tradução, por mais “fiel” que seja dentro de seus propósitos, jamais será o original, porém uma representação, um reflexo deste. Fato admitido porque inegável. Contudo, ele não tira o mérito da tradução enquanto trabalho de recriação textual. Voltando ao motivo do espelho, traduzir pode ser comparado a entrar numa daquelas casas malucas dos parques de diversões, onde vários espelhos mostram diversas imagens distorcidas. O objeto é um só, refletido de várias maneiras diferentes. Ao tradutor, cabe escolher a(s) imagem(ns) adequada(s). Não consideremos as distorções como defeitos, mas como reflexos variados, efeitos distintos criados pelos diferentes tipos de espelho, cada um revelador de um aspecto único do objeto.

A tradução é, portanto, por meio da metonímia, uma reveladora da multiplicidade do original.

Aproveitando uma outra imagem, que não pode ser deixada de lado porque há muito tempo tem sido geradora de muita polêmica e pouca – ou praticamente nenhuma – solução, podemos talvez intuir a tradução como o “eco” que ressoa de dentro da mata da linguagem (*Bergwald*), imagem criada por Walter Benjamin em seu famoso ensaio “A tarefa do tradutor” (Benjamin: 2001; 203).

Benjamin muito provavelmente não concordaria com a idéia da metonímia, pois parece, em seu propositalmente intrincado raciocínio, ser adepto da fidelidade enquanto “respeito quase venerável” (Houaiss: 2002) ao original. No entanto, sua imagem bem que poderia dar margem à interpretação da tradução enquanto processo metonímico, pois o eco é também uma representação do som que o gera, algo que vem depois de sua emissão, sujeito às condições do ambiente em que se propaga e à interpretação dos ouvidos que o recebem.

O eco espalha o som, multiplica-o, leva-o para longe, até ouvidos distantes, que o receberão de maneira diversa da que foi emitido, porque submetido a outras condições que o modificam no caminho.

Da mesma forma, a tradução, ao adaptar o original às condições de produção através de um processo metonímico de escolhas, transportará não o todo, mas parte(s). Ela será refração, reflexo, eco.

O tradutor é, assim, um re-contador de histórias. Ele conta um conto e acrescenta – ou diminui – um , ou vários, pontos.

É uma questão de escolha.

Referências

- BENJAMIN, Walter, A tarefa – renúncia do tradutor, in: Heidermann, W. *Clássicos da teoria da tradução*, Florianópolis, UFSC, 2001.
- HOUAISS, Antônio, ed. *Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss/Objetiva, 2002.
- TOLKIEN, J. R. R., On Translating Beowulf – part I: On Translation and Words, *In: The Monsters and the Critics and Other Essays*, edited by Christopher Tolkien, London, Harper Collins Publishers, 1997.
- TYMOCZKO, Maria, The Metonymics of Translation, *In: Translation in a Postcolonial Context*, St. Jerome, 1999.